

TRANSFORMANDO 'VERDADES ABSTRATAS' EM 'VERDADES CONCRETAS': UMA ANÁLISE SOBRE A METODOLOGIA ECONÔMICA DE STUART MILL

Laura Valladão de Mattos*

I. Introdução

John Stuart Mill elaborou o que foi talvez a primeira defesa metodológica do *homem econômico*. Com base nesta abstração, ele atribuiu à ciência da economia política e às suas conclusões um caráter eminentemente abstrato. Por outro lado, Mill tinha um projeto enquanto reformador social e certamente desejava ver essa importante ciência a serviço do melhoramento da sociedade. Explicitar a forma pela qual se poderia transformar o conhecimento abstrato que decorria das reflexões científicas em conhecimento passível de ser utilizado na prática aparece, assim, como uma questão metodológica importante a ser resolvida.

Analisando os seus principais escritos metodológicos muitas dúvidas restam sobre como Mill pretendia preencher a lacuna existente entre o conhecimento abstrato fornecido pela ciência da economia política e o conhecimento concreto necessário para tornar possível explicar (e manipular) os acontecimentos concretos nessa esfera da vida social.

Assim, esse artigo tem como objetivo tentar avançar no entendimento de como se daria, para Mill, a ponte entre a *ciência* e a *aplicação* dos seus princípios à prática. Para tanto, o artigo será organizado da seguinte forma:

Num primeiro momento analisarei a definição e o método da ciência da economia política enfatizando o *status* abstrato de suas conclusões. Num segundo momento, a investigação volta-se para a *aplicação* da ciência. Nessa parte serão discutidas as contribuições da etologia política (ciência da formação do caráter) e de outros tipos de conhecimento na empreitada de transformar verdades abstratas em verdades concretas. A seguir, discutiremos o papel que a verificação desempenha nesse processo. Ao final do artigo serão feitas algumas considerações sobre o sucesso (ou não) deste projeto de construir uma ponte entre a *ciência* e o real.

II. As verdades abstratas da ciência da economia política

Mill apresenta a ciência da economia política como sendo uma ciência que lida apenas com uma fração das motivações humanas. Esta ciência preocupa-se com o homem “(...) *somente enquanto ser que deseja possuir riqueza, e que é capaz de avaliar a eficácia relativa dos meios para obter tal fim. Ela prevê somente aquela parte do fenômeno do estado social que ocorre como consequência da busca de riqueza. Ela faz total abstração de toda paixão ou motivação humana exceto aquelas que podem ser consideradas princípios perpetuamente antagônicos ao desejo de riqueza, ou seja, a aversão ao trabalho e o desejo de aproveitamento imediato de indulgências custosas*”(Mill, *Ensaio*, pp.321).

Como foi mencionado acima, essa foi talvez a primeira versão da espécie *homem econômico* – que, modificada, reina até hoje no estudo da economia. Apesar de Mill nunca ter utilizado diretamente o termo, foi como reação ao seu trabalho que a denominação *homem econômico* entrou no vocabulário dos economistas e o seu nome ficou definitivamente associado a essa abstração.

O que levou Mill a essa definição de ciência da economia política foi o entendimento de que seria impossível, a partir da realidade complexa, inferir as relações causais que estariam a ela subjacentes. A utilização do método *a posteriori* seria inviável pelo fato de os fenômenos sociais serem resultado de uma concorrência de causas, sendo impossível empreender, neste campo de fenômenos, experimentos controlados.

Com efeito, um dos objetivos de Mill ao escrever o *Ensaio* foi o de mostrar que o método *a posteriori* (ou da experiência específica), geralmente adotado pelos ‘homens práticos’ era inadequado no campo da economia (Hirsch, 2000, pp.352). Generalizações empíricas teriam, como veremos adiante, um papel a cumprir no momento de aplicação dos princípios científicos. No entanto, esse método seria, para Mill, totalmente inadequado como forma de chegar aos princípios da ciência, e boa parte do argumento de Mill visava a mostrar que esse procedimento era incorreto e deveria ser evitado para não se cair num empirismo ingênuo.

Assim, apesar de ter ficado conhecido por seus cânones da indução, Mill conclui que nas ciências sociais (economia política aí incluída) o método indutivo não seria adequado.

Mas isso não significava, para Mill, a inviabilidade do empreendimento

científico neste campo de fenômenos. Por uma feliz coincidência, os homens teriam, na esfera dos fenômenos sociais, acesso direto às causas. As principais causas seriam, no seu entender, as motivações humanas e estas os homens conheciam através da introspecção:

“Essas causas são as leis da natureza humana e as circunstâncias capazes de excitar a vontade humana à ação. Os desejos do homem e a natureza da conduta para a qual eles o incitam estão ao alcance de nossa observação. Podemos observar também quais são os objetos que excitam aqueles desejos. Qualquer um pode fundamentalmente colher os materiais deste conhecimento dentro de si próprio, com a consideração racional das diferenças, das quais a experiência lhe revela a existência entre si próprio e as outras pessoas(...)” (Mill, *Ensaio*, pp. 313).

Assim, no campo das ciências morais, a forma de abordar fenômenos – resultados da ação conjunta de várias causas – seria considerar o resultado da operação de cada causa (conhecida por introspecção) agindo separadamente para depois estimar o seu resultado conjunto. Nas palavras de Mill:

“(...)De modo a julgar como agirá sob uma variedade de desejos e aversões que estão operando em conjunto sob ele, devemos saber como ele agirá sob a influência exclusiva de cada uma em particular(...)”(Mill, *Ensaio*, pp. 307).

O método *a priori* – ou o método de “(...)raciocínio a partir de uma hipótese assumida(...)” (Mill, *Ensaio*, pp. 310) – seria, então, o meio adequado de se chegar às verdades neste campo do conhecimento. E a ‘hipótese assumida’, no caso da economia política, seria a hipótese do *homem econômico*.

Por conta desta visão sobre o método correto de se chegar às verdades no campo das ciências morais, e não por ter uma visão ‘empobrecida’ das motivações humanas, é que Mill chega a formulação do *homem econômico* – colocando na base da ciência da economia política a motivação humana desejo por riqueza. Tomando esta motivação como causa, a ciência irá raciocinar dedutivamente de forma a chegar às suas conclusões.

Assim, a economia abstrairia todos os demais traços de caráter do homem e investigaria os resultados que decorreriam da ação humana “(...) *sob a suposição de que o homem é um ser que é determinado, pela necessidade de sua natureza, a preferir uma maior porção de riqueza ao invés de uma menor* (...)” (Mill, *Ensaio*, pp.307).

Os fenômenos a serem estudados pela ciência econômica, apesar decorrências da ação de inúmeras causas, teriam na motivação humana ‘busca por riqueza’ a sua principal causa:

“(…) *O modo em que [o economista político] necessariamente procede é aquele de tratar o principal fim reconhecido como se fosse o único fim, o que, de todas as hipóteses igualmente simples, é a mais próxima à verdade. O economista político investiga quais são as ações que seriam produzidas por esse desejo se, no departamento em questão, ele não fosse impedido por outros. Desta forma, uma melhor aproximação à ordem real dos assuntos humanos nesses departamentos é obtida do que seria de outra forma possível.*”(Mill, *Ensaio*, pp.323, ênfase adicionada).

Este modo de proceder certamente coloca alguns problemas para ciência da economia, principalmente no que se refere ao *status* de suas conclusões *vis-à-vis* às ocorrências concretas.

Se os fenômenos econômicos dependem de várias causas, e somente um pequeno conjunto delas é considerado, a ciência econômica não pode ter a pretensão de prever ou explicar integralmente o que ocorre uma vez que desconsidera parte das motivações humanas que contribuem para o resultado. Mas, para Mill, se a hipótese adotada “(…) *não diferisse da verdade de nenhum modo além daquele pelo qual uma parte difere do todo, então as conclusões que são corretamente deduzidas da hipótese constituem a verdade abstrata(…)*”(Mill, *Ensaio* :313).

Assim, as conclusões obtidas pela ciência econômica seriam *verdades abstratas*. Elas seriam *verdades* por serem deduzidas a partir de premissas *verdadeiras* conhecidas por meio de introspecção. E seriam *abstratas* pois não se deveria esperar uma correspondência perfeita entre elas e os fatos.

Desta forma, Mill não tem a menor preocupação em colocar a teoria à prova por meio de uma comparação entre as suas previsões e os fatos. A não-concordância com os fatos é, dado o tipo de método adotado, antecipada e esperada. Só dever-se-ia esperar previsão perfeita caso apenas aquelas motivações e eventos considerados pela teoria estivessem em ação. Ou seja, estas *verdades abstratas* só seriam condizentes com a realidade se a definição ‘arbitrária’ de homem adotada pela ciência econômica fosse uma representação completa do homem de ‘carne e osso’ – o que, de antemão, sabe-se não ser. Nas palavras de Mill, as conclusões da ciência da economia política:

“(…) *seriam verdadeiras sem qualificação apenas num caso que seja puramente imaginário. À medida que os fatos reais se afastam da hipótese, ele [o economista político] deve admitir um desvio correspondente da estrita letra de sua conclusão; de outro modo, ela [a conclusão] será verdadeira somente para aquelas coisas que ele arbitrariamente supôs, não para aquelas que realmente existem.* (Mill, *Ensaio*, pp. 310/11).

Assim, dentro da concepção milliana “...*nunca testamos a validade de teorias,*

pois as conclusões são verdadeiras como um aspecto do comportamento humano, graças às suposições, as quais, por sua vez, são verdadeiras por estarem baseadas em fatos evidentes da experiência humana.”(Blaug, 1993, pp. 115,). A idéia de utilizar os fatos para *testar* a veracidade ou falsidade da *ciência* é algo que, em Mill, não faz o menor sentido. Como afirmou Hirsch:

“Dada essa concepção de ciência econômica, uma razão pela qual a verificação não pode assumir o papel em geral atribuído a ela – ou seja, testar a teoria ao determinar se suas implicações estão de acordo com aquilo que realmente ocorre – fica evidente imediatamente. Se é conhecido que as implicações da ciência econômica não irão em geral estar de acordo com o que realmente ocorre porque raciocinamos unicamente com base nessas três leis comportamentais, então que necessidade temos de verificar a teoria abstrata ou ciência econômica que é fundamentada somente nessas três leis causais? O que se tem a aprender com a verificação que sabemos – por termos montado as coisas desta forma – mostrará somente as limitações das predições da teoria?” (Hirsch, 1992, pp. 847).

Para Mill, o cientista não precisa se preocupar com essa questão de confrontar os resultados da ciência com os fatos. Ele Mill é muito claro ao afirmar que (...) *o exame da concordância, em qualquer caso real, dos fatos à hipótese, não constitui de modo algum uma parte da tarefa da ciência, mas da aplicação da ciência*”(Mill , *Ensaio*, pp. 310).

Chegar às *verdades abstratas* (como todas as suas ‘limitações em termos de predições’) seria a única função do economista político enquanto cientista. Neste ponto terminaria a tarefa da ciência. No entanto, isso não implica dizer que Mill não estivesse preocupado com a relação entre teoria e realidade, mas a análise dessa questão cairia fora do escopo da ciência.

III. A ciência e sua aplicação: construindo a ponte entre as verdades abstratas e concretas

A afirmação de que a verificação não é assunto da ciência deve ser tomada como indício de menosprezo pelas evidências empíricas. Seria errôneo concluir, a partir do tratamento dedutivo dado à ciência da economia política, que Mill era um adepto do que hoje se denomina “armchair economics” e que pouco se preocupava com os ‘fatos’ – deixando para terceiros a tarefa (menor) de aplicar os princípios abstratos da ciência. Muito pelo contrário, como foi mencionado, grande parte de sua vida e de seu esforço intelectual foi justamente no sentido de intervir visando a modificar a sua realidade, e os princípios científicos eram vistos como instrumentos

as serem usados a serviço desse fim.

A questão de como se relacionam as *verdades abstratas* da ciência e os fenômenos concretos era importante e foi abordado do ponto de vista metodológico ao final do *Ensaio* quando Mill trata da *aplicação da ciência*.

Como vimos, as *verdades abstratas* seriam ‘verdades’ por serem deduzidas a partir de uma hipótese que, apesar de não descrever de forma completa as motivações humanas, descreveria uma parte (a mais relevante para o fenômeno em questão) destas motivações. Elas representariam apenas uma parcela e não a totalidade do fenômeno econômico:

“(…)Na medida em que se sabe, ou se pode presumir que a humanidade na procura da riqueza está sob a influência colateral de algumas outras propriedades de nossa natureza (...) as conclusões da economia política falharão nessa medida em serem aplicáveis à explicação ou previsão dos eventos reais até que sejam modificadas pela admissão correta do grau de influência exercido pelas outras causas.”(Mill, Ensaio, pp.308).

Assim, para se chegar a *verdades concretas* seria necessário acrescentar às causas consideradas pela *ciência* da economia política as demais causas que, apesar de menos relevantes, influenciam a ação humana em cada situação específica. Ou seja, seria necessário complementar as hipóteses comportamentais associadas ao *homem econômico* de forma a que ele se torne mais parecido com o homem de ‘carne e osso’ – que é quem age no mundo social. Nas palavras de Mill: *“Esta aproximação [fornecida pela ciência da economia política] deve, portanto, ser corrigida, fazendo-se concessão apropriada aos efeitos de alguns impulsos de uma descrição desigual que se pode mostrar que interferem no resultado de qualquer caso particular(...)”* (Mill, *Ensaio*, pp.308, ênfase adicionada).

A ciência da economia política (à semelhança das outras ciências) só incorpora aquelas causas que atuam em todos os casos. No entanto, pode acontecer que em casos específicos outras causas sejam tão importantes para a determinação do resultado quanto aquelas consideradas pela ciência. No momento da aplicação prática, seria necessário incorporar, aos resultados da ciência, os impactos dessas outras causas – ‘perturbadoras’ – aproximando-se, desta forma, de uma descrição completa do fenômeno. Ou seja, o sistema teórico a ser utilizado para fazer previsões concretas precisaria ser expandido de tal forma a levar em conta inúmeros fatores abstraídos propositadamente pela ciência econômica.

Um passo fundamental nesse processo de tornar a ciência ‘aplicável’ seria

conhecer a distância existente, no caso em questão, entre a abstração utilizada pela ciência e o homem ‘real’. Ou seja, conhecer a medida em que as motivações humanas ignoradas pela ciência influenciam a ação nesse campo de fenômenos para poder, posteriormente, incorporá-las à análise.

No *Ensaio*, Mill afirma que o estudo dessas outras motivações seria pertinente ao campo que ele denomina Economia Social. No entanto, ele não se preocupa em definir essa ciência ou em atribuir-lhe um método de investigação específico. Assim, se nos restringirmos a esse texto, ficamos com poucas pistas sobre como as informações sobre essas motivações humanas seriam obtidas e utilizadas na ‘correção’ das *verdades abstratas* da economia. No entanto, no livro VI da *Lógica*, Mill nos apresenta uma ciência que teria como o seu objeto o estudo do caráter humano em uma época e país e seus determinantes, ou seja, que lidaria com a integridade das motivações humanas e a ela denomina etologia política.

Ao lidar com o homem em todas as suas dimensões, esta ciência poderia indicar quais seriam os ‘*impulsos de descrição desigual*’ ou as ‘*leis comportamentais*’ a serem adicionadas na hora da aplicação dos princípios da abstratos da ciência às situações específicas.

Resta definir melhor a ciência da etologia política e discutir como ela poderia ajudar aquele que queira aplicar os conhecimentos científicos da economia aos problemas que o mundo real coloca.

III.1. A etologia política: ‘humanizando’ o *homem econômico*

Mill acreditava que o homem era, em um sentido bastante forte, fruto do meio em que vivia. Para ele, o caráter humano seria resultado da interação entre algumas leis básicas da mente humana e as circunstância às quais o indivíduo é exposto. Dadas essas leis psicológicas, o caráter tenderia a ser diferente na medida em que as circunstâncias diferissem – isso explicaria a enorme diversidade existente de tipos de caráter.

A etologia seria a ciência que versaria sobre as leis de formação de caráter, ou seja, determinaria o tipo de caráter a ser produzido – em conformidade com as leis da mente – por qualquer conjunto dado de circunstâncias físicas e morais (Mill, *Lógica*, pp.54). Esta ciência era uma ciência de grande relevância para Mill ao ser o elo entre

os princípios da psicologia e as generalizações empíricas existentes sobre o caráter humano. Ela daria um caráter científico a essas generalizações ao ligá-las aos princípios básicos da natureza humana.

Mas, para os fins desse artigo, é o ramo aplicado desta ciência ‘mãe’ – a etologia política – que tem maior interesse. A etologia política seria “(...) *a teoria das causas que determinam o tipo de caráter pertencente a um povo ou a uma época* (Mill, *Lógica*, pp. 93).

Para Mill, as circunstâncias gerais às quais todos os indivíduos são expostos (tipos de instituições sociais vigentes como, por exemplo, o sistema de educação, as crenças religiosas, o tipo de relações econômicas que prevalecem, os costumes, etc.) teriam um peso preponderante no caráter resultante. Isso permitiria a identificação de traços de caráter característicos de uma região ou país, ou seja, de um caráter nacional ou coletivo. Assim, com base nas leis de formação de caráter e em informações sobre as principais instituições sociais vigentes em dado local e momento do tempo, a etologia política indicaria o tipo de caráter nacional que tenderia a prevalecer.

Vimos anteriormente que Mill acreditava na utilidade de utilizar a abstração *homem econômico* e que as demais motivações do homem não deveriam ser incluídas no campo da *ciência*, mas consideradas *causas perturbadoras* a serem levadas em conta no somente momento de se fazer alguma previsão sobre eventos econômicos futuros ou de explicar ocorrências passadas. E neste contexto de *aplicação* da ciência à prática, as considerações etológicas serviriam de complemento para as *verdades abstratas* da economia.

Ryan vai bem ao ponto quando afirma que Mill “(...) *tenciona indicar que, apesar de a economia ser apenas uma contribuição para um entendimento mais completo da sociedade, de qualquer forma irá servir como uma contribuição. Suas conclusões não podem ser aplicadas diretamente à predição do que irá acontecer na sociedade, mas servem como uma aproximação a ser corrigida. Assim, no Sistema de Lógica, Mill chama a etologia política em seu auxílio. (...)*” (Ryan, 1990, pp.143).

A etologia política auxiliaria a economia ao dar uma medida do grau de adequação das hipóteses a respeito de desejos e motivações das quais parte essa ciência. Ao fornecer valiosas informações sobre as motivações humanas (além do desejo de riqueza) que estariam determinando a ação do homem na esfera econômica, ela desempenharia um papel importante na tarefa ora analisada de transformar *verdades abstratas* em *verdades concretas* passíveis de serem utilizadas para a

compreensão e previsão dos fatos econômicos.

"(...) a etologia informa-nos sobre quão plausíveis são as suposições a respeito das necessidades e desejos das quais a economia parte, e pode por isto, nos dar alguma idéia sobre onde as nossas expectativas provavelmente não serão preenchidas."(Ryan, 1990, pp.157).

Essa correção utilizando informações etológicas fazia-se necessária, segundo Mill, mesmo nos casos da Inglaterra e dos EUA – países nos quais havia uma forte predominância das motivações consideradas pela ciência da economia política. Ela tornava-se ainda mais importante em países (ou regiões) nos quais a motivação busca por riqueza era significativamente mais fraca. E Mill criticava a falta de clareza dos seus colegas de profissão sobre esse ponto.

"O economista político inglês, tal como os seus compatriotas, raramente tem consciência de que é possível que homens, conduzindo seu comércio de vender suas mercadorias sobre um balcão, podem estar mais preocupados com o seu sossego e vaidade do que com seu ganho pecuniário. No entanto, aqueles que conhecem os hábitos da Europa Continental estão cientes de como esses motivos aparentemente menores, freqüentemente preponderam sobre o desejo de ganhar dinheiro, mesmo em operações que têm ganhar dinheiro como seu objeto..."(Mill, *Lógica*, pp. 94, ênfase adicionada).

Nesse caso, os resultados antecipados pela *ciência* afastar-se-iam de forma considerável dos fenômenos concretos, e precisariam ser largamente ‘corrigidos’ de modo a engendrar explicações e previsões satisfatórias e a cumprir a sua função de dar subsídios para os homens públicos tomarem suas decisões.

Por conta da relevância de se fazer essas e outras correções antes de tentar aplicar os princípios da ciência, Mill afirma que *"...o mero economista político, aquele que não estudou nenhuma ciência além da economia política, se tentar aplicar a sua ciência à prática, fracassará."*(Mill, *Ensaio*, pp.331).

III.2. A importância do conhecimento ‘não científico’

Até agora ênfase foi dada ao papel desempenhado pela etologia política na ‘humanização’ do *homem econômico*.

Existem fatores que são determinantes em uma dada situação, mas que não são universais o suficiente na determinação dos resultados econômicos para serem considerados pela *ciência* da economia política, sendo tratados como ‘causas perturbadoras’ a serem incorporadas apenas no momento da aplicação. Vimos que as

motivações humanas de descrição diferente daquelas associadas ao *homem econômico* seriam talvez as principais ‘causas perturbadoras’. Mas, apesar de consideradas ‘perturbadoras’ pela economia, se puderem ser associadas às leis de formação de caráter, serão parte das verdades da ciência da etologia política. Assim, a relação entre a etologia política e economia política é uma relação entre duas ciências dedutivas, uma fornecendo informações que complementarizam o resultado da outra.

Mas existem outras causas que podem ter muita relevância em um caso específico, mas que não têm universalidade o suficiente para fazer parte de qualquer ciência (seja da economia ou da etologia) e nem por isso deixam de ser fundamentais na produção dos resultados.

Assim, a discussão metodológica que está sendo feita sobre a aplicação dos princípios científicos para explicar/prever (e, eventualmente, manipular) os fenômenos concretos fica incompleta se não levarmos em consideração um outro tipo de informação: o conhecimento das particularidades da situação em questão. Essas informações seriam obtidas pelo método *a posteriori* - a observação direta dos fenômenos em toda a sua complexidade – que vimos ser impróprio para a *ciência*, mas que seria, para Mill, de grande valia no momento da sua aplicação, ao apontar elementos específicos ao caso em questão, cuja ausência no sistema poderia levar a previsões pouco precisas.

E esse conhecimento é fornecido pela vivência daqueles, que têm ampla experiência da situação, apesar de muitas vezes não serem versados nas ciências. Essas informações incluem desde generalizações empíricas – que não têm qualquer *status* científico ao não serem vinculadas as causas (podendo ser meras correlações) – até o conhecimento de particularidades institucionais.

Por exemplo, vai ser muito importante para quem for determinar o que se paga de renda da terra em determinado país e época, saber que há uma lei específica (ou mesmo hábito secular) fixando a percentagem do produto a ser pago na forma de renda. Ou para quem quiser determinar qual é a taxa de lucro a prevalecer num determinado setor é muito relevante saber que existe um monopólio estatal que impede a entrada de concorrentes.

Ou seja, mesmo que todas as ‘correções’ no que tange às motivações dos homens sejam incorporadas, a ausência destas informações levaria a uma distância importante entre as conclusões da teoria (já corrigida pelas considerações etológicas pertinentes) e o que se observa de fato.

Mill deixa clara a importância deste complemento quando afirma que se um político especulativo – aquele que já trabalha com uma teoria ampliada para dar conta de todas as motivações humanas – não olhar a experiência específica: “(...) *deve ficar satisfeito em não tomar nenhuma parte na política prática; em não ter nenhuma opinião ou sustentá-la com extrema modéstia, nas aplicações que devam ser feitas de suas doutrinas às circunstâncias existentes.*” (Mill, *Ensaio*, pp.314).

Só depois de corrigidas pelos fatores etológicos e pelas informações sobre a situação específica do caso é que faz sentido se nutrir a expectativa de as conclusões assim derivadas aproximem-se do que realmente ocorre. Mill afirma que “(...) *[a] quilo que é verdadeiro no abstrato é sempre verdadeiro em concreto, com concessões apropriadas.*” (Mill, *Ensaio*, pp. 311). E, estas seriam as principais ‘concessões’ necessárias para transformar *verdades abstratas* em *verdades concretas*. Nas palavras de Hirsch:

“(...) *é somente depois que o político especulativo é chamado em cena para adicionar as outras leis comportamentais aos seus cálculos, e que o ‘homem prático’ adiciona seu conhecimento íntimo sobre as especificidades da situação envolvida, e que tudo isso seja agregado em uma hipótese sobre quais são as conseqüências que se espera seguir de uma proposta de política específica aplicada em um momento e local específico, é que verificações significativas podem ocorrer.*” (Hirsch, 1992, pp.850).

III.3. A função da verificação

Como vimos, Mill deixa claro que a verificação (ou seja, o processo de comparação entre as conclusões da teoria e os fatos) não desempenha nenhum papel na *ciência* da economia política, no entanto, ela teria uma função importante no momento de *aplicar* seus princípios.

A comparação das conclusões da teoria (ampliada e corrigida pelos fatores acima citados) com fatos da experiência é um momento fundamental:

“*Se, por exemplo, nós quiséssemos aplicar nossas especulações sobre economia política para a predição ou como guia para os fenômenos de qualquer país, teríamos que ser capazes de explicar todos os fatos industriais ou mercantis de caráter geral pertencentes ao estado presente daquele país: de apontar as causas que são suficientes para dar conta de todos eles, e provar ou mostrar que existem boas razões para acreditarmos que essas causas realmente existiram (...)*” (Mill, *Lógica*, pp.99).

É da capacidade de dar conta dos fenômenos passados ou presentes que derivaríamos a confiança na sua capacidade de dar conta do futuro. Como afirma

Mill:

“O teste do grau no qual a ciência fornece base segura para a predição (e consequentemente para lidar praticamente com) o que não aconteceu ainda, é o grau no qual ela nos permitiu prever o que de fato ocorreu.” (Mill, Lógica, pp. 99).

A inexistência de concordância entre a observação empírica e as conclusões teóricas aponta que há falhas seja nos elementos selecionados para serem incorporados como ‘causas perturbadoras’, seja no próprio âmbito da teoria. Se existe qualquer resíduo ainda não explicado, deve-se procurar localizar onde está a deficiência. Ou seja, *“(...) temos que procurar entre as circunstâncias do caso particular até encontrar uma que, dados os princípios da teoria existente, dê conta do fenômeno não explicado, ou temos que voltar, e procurar pela explicação através de expansão e melhoramento da própria teoria”.* (Mill, Lógica, pp. 99).

Poderia parecer que esta passagem contradiz a afirmação feita por Mill de que a verificação não desempenha qualquer papel no campo da *ciência* da economia política. Hirsch aponta, entretanto, que se deve interpretar a ‘teoria’ a qual Mill está se referindo como sendo aquele sistema mais amplo (que já incorpora as correções julgadas necessárias dados os conhecimentos da etologia política e das especificidades do caso particular) utilizados no momento da *aplicação* da ciência:

“... Mill acreditava, como foi dito, que para ser capaz de prever é necessário levar em conta outras leis psicológicas além das consideradas na economia, ou colocado de outra forma, a ciência abstrata a ser usada na aplicação é a da política especulativa (...) Assim, quando no contexto de aplicação retroativa (retrodictive application) o político especulativo (ou o economista político atuando nessa função), que mesmo conhecendo os fatos percebe-se incapaz de determinar quais seriam os seus efeitos, e conclui que mudanças no ‘sistema abstrato’ precisam ser feitas, o sistema abstrato é aquele da política especulativa (...) Na medida em que as deficiências se derivam da ciência, pareceria, então, que as inadequações no sistema mais abrangente da política especulativa estariam de forma geral causando o fracasso da explicação retroativa (retrodictive failure).” (Hirsch, 1992, pp.859, ênfase adicionada).

Assim, o processo de verificação teria a importante função de orientar aquele que visa a aplicar a teoria, para a necessidade de inserção de elementos específicos àquela situação (informação fornecida pelo ‘homem prático’) ou de modificação de elementos da própria teoria (ou seja reconsideração de fatores que estariam afetando as motivações humanas). Somente quando o fenômeno fosse totalmente explicado que seria possível confiar nesse conhecimento para fins de aplicação e como guia de ação.

IV. Conclusão

A forma como Mill caracteriza o empreendimento científico e lida metodologicamente com a questão da relação entre *a ciência econômica* (necessariamente abstrata e unidimensional) e a realidade que se pretende explicar sem dúvida coloca questões relevantes. Até hoje a economia é concebida como uma ciência *dedutiva*, e sem dúvida, a maior parte dos modelos econômicos engendram resultados bastante *abstratos* e que demandam algum tipo de qualificação para que dêem conta de explicar na sua integridade a esfera dos assuntos econômicos e para que sejam um guia razoável para a intervenção no mundo social. No entanto, depois de toda essa empreitada metodológica, me parece que o caminho pavimentado é insuficiente para guiar aquele que queira fazer essa importante ponte entre teoria e realidade.

Acredito que uma das dificuldades está no fato de que, apesar de ser uma peça fundamental na aplicação dos princípios econômicos (e das demais ciências sociais), a etologia política pouco se desenvolveu como ramo do saber. O próprio Mill aponta essa ciência como sendo o ramo da ciência social que se encontra “...*mais completamente em sua infância(...)*”(Mill, *Lógica*, pp.93), o que não surpreendia dado “(...)*o estado infante (infant state) da própria ciência da etologia, de onde as leis têm que ser derivadas, e das quais as verdades da etologia política não podem ser senão resultados e aplicações (...)*”(Mill, *Lógica*, pp. 94).

Assim, a etologia política, apesar de ser apontada no discurso de Mill sobre a ciência como crucial, nunca pode desempenhar a contento as funções a ela atribuídas. Mill estava ciente desse fato e considerava “(...) *a parte mais imperfeita daqueles ramos da investigação social que foram cultivados como ciências separadas*[como, por exemplo, a economia política] *é a teoria da forma pela qual as suas conclusões são afetadas por considerações etológicas(...)*” (Mill, *Lógica*, pp. 94/5). Esse fato apesar de não as comprometer como enquanto *ciências abstratas* “(...) *as vicia nas suas aplicações(...)*”(Mill, *Lógica*, pp. 94).

Provavelmente Mill nutria esperanças no avanço e desenvolvimento dessa ciência. Ele próprio empreendeu uma tentativa de escrever um livro sobre etologia entre 1843 e 1845. No entanto, ele acabou por desistir do projeto e voltou-se para escrever os *Princípios de Economia Política* (Whitaker, 1975, pp.1036). Outros tampouco o fizeram nos moldes concebidos por Mill. Assim, ficamos sem ter como tornar operacional a idéia de utilizar a etologia para ‘corrigir’ os resultados da

economia.

Não está sendo sugerido aqui que a idéia de etologia não influenciou a forma como Mill de fato fez economia. Apesar de ter fracassado na tentativa de construir uma etologia ele nunca deixou de considerá-la essencial e de estar atento à multiplicidade de caracteres nacionais e a seus impactos.

Os *Princípios* não diziam respeito somente aos princípios *abstratos* da ciência econômica: esses princípios eram apresentados juntamente com as suas aplicações. Basta lembrar que o título completo de sua principal obra econômica é *Princípios de Economia Política: Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social*.

Ao descrever seu livro para Henry Chapman, Mill fez questão de frisar esse ponto: “...ao mesmo tempo em que incorpora toda a ciência abstrata no estado mais completo já atingido [os *Princípios* visavam a ser] essencialmente um livro de aplicações exibindo os princípios da ciência no concreto.” (Mill, 1963, pp.708-9, *apud* Whitaker, 1975, pp.1047, ênfase adicionada).

Assim, com ou sem uma ciência da etologia política disponível para guiar a tarefa de ‘correção’ das *verdades abstratas*, Mill pretendeu falar sobre o que ocorria em seu mundo e adiantou muitos conselhos sobre como o Estado e a sociedade civil deveriam conduzir os assuntos econômicos – ou seja, fez a ponte entre o *abstrato* e o *concreto*.

Ele foi a todo momento sensível às especificidades locais e os *Princípios* lograram, no meu entender, êxito em utilizar os princípios da ciência para discutir questões bastante concretas de sua época e permitiram a Mill exercer um papel não só de cientista, mas de um reformador social que soube utilizar o conhecimento fornecido pela *ciência* para promover os fins que ele considerava importantes para a sua sociedade.

O que está sendo argumentado é que a função de complementação que a etologia deveria cumprir em relação à economia não chegou a ser executada da forma como ele pregou nos seus escritos metodológicos. Mill não separou a etapa da derivação dos princípios científicos daquela de sua aplicação, e não forneceu qualquer orientação sobre como essas informações sobre as especificidades da situação e de caráter deveriam ser incorporadas à análise.

Os *Princípios* foram um sucesso, conseguiram cumprir sua função, mas no meu entender, Mill não conseguiu mostrar o ‘caminho das pedras’ de como a economia pode utilizar a abstração *homem econômico* – o que implica a utilização de um

modelo bastante abstrato – e, ainda assim, ter coisas relevantes a dizer sobre o que ocorre no mundo e ser um bom instrumental na mão dos homens públicos. Mill conseguiu fazer a ponte, mas com base no seu excepcional talento, cultura e intuição. Mas, por todos os problemas acima citados, os seus escritos metodológicos são por demais genéricos para fornecer um bom guia de ação para aquele que deseje utilizar as verdades da *ciência* da economia política. Mill indica os elementos que deveriam ser incorporados de forma a tornar os resultados da investigação econômica mais próximas àquilo que realmente ocorre, no entanto, não apresenta a forma específica de utilizá-los e nem a ponderação que se deve dar a cada um deles.

De fato, o rumo que a economia seguiu desde então foi no sentido oposto daquele sugerido por Mill. As preocupações etológicas e sociológica foram sendo paulatinamente esquecidas não só no momento de formulação da ciência (como defendia Mill) mas também no momento de sua aplicação. Talvez pela dificuldade – que encontramos também em Mill – de encontrar uma forma rigorosa (não puramente intuitiva) de incorporar esses e outros elementos à análise.

Hoje em dia, já num outro contexto teórico, ressurgiu uma preocupação com o contexto institucional e como ele influencia os resultados econômicos, de um lado, e tentativas de incorporar a ética e aspectos não econômicos do comportamento humano à discussão econômica, por outro. Esperemos que essas linhas de pesquisa tenham mais sucesso do que teve Mill.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA:

MILL, John Stuart *Autobiography*, Penguin Books, London , 1989

_____ “On the definition of Political Economy and the Method of philosophical investigation in that science” in *CW IV*, University of Toronto Press, Toronto, 1967.

_____ *Principles of Political Economy with some their Applications to Social Philosophy* in *CW II e III*, University of Toronto Press, Toronto, 1965.

_____ *The Logic of moral science* a repress of *A System of Logic*, Book VI, Ducksworth, Londres, 1987.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA:

- BLAUG, M. *Metodologia da Economia ou como os economistas explicam*, EDUSP São Paulo, 1993.
- CHALMERS, A.F. *O que é ciência afinal?*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1999.
- COLLINI, S et alli. *That Noble Science of Politics: A Study in 19th Century Intellectual History*, Cambridge University Press, Cambridge, 1983.
- DE MARCHI, N. "John Stuart Mill Interpretation Since Schumpeter" em W. O.ed., *Classical Political Economy: A Survey of Recent Literature*. Kluwer Academic Publishers, 1988.
- _____. "Putting the evidence in it's place: John Stuart Mill's early struggles with 'the facts in the concrete'". *Discussion paper*, 2000.
- _____. "The empirical content and Longevity of Ricardian Economics" in *Economica*, Aug.1970.
- _____. "The success of Mill's Principles" em *HOPE*, 1974
- EDGEWORTH, F. "John Stuart Mill" in *Palgrave Dictionary of Political Economy*, London, 1896.
- FEUER, L.S. "John Stuart Mill as a sociologist: the Unwritten Ethology" in *James and John Stuart Mill: Papers of the Centenary Conference*, University of Toronto Press, Toronto, 1976.
- FONSECA, E.G. "Comportamento Individual: Alternativas ao Homem Econômico", *Revista Estudos Econômicos*, vol.20, 1990 (número especial).
- HAUSMAN, D.M. "J.S.Mill's Philosophy of Economics" em *Philosophy of Science* 48, sept.1981.
- HIRSCH, A. "John Stuart Mill on Verification and the Business of Science." *HOPE* (1992) vol.24.
- _____. "A Reply to Hollander's and Peart's "John Stuart Mill's Method". *JHET* vol.22, n.3, sept.2000.
- HOLLANDER, S. *The Economics of John Stuart Mill*, 2 volumes, University of Toronto Press, Toronto, 1985.
- HOLLANDER, S. & PEART, S. "John Stuart Mill's Method in Principle and Practice: A review of the evidence", *JHET*, vol, 21 dec.1999.
- _____. "A rejoinder to Abraham Hirsh". *JHET*, vol. 22, n.3, sept.2000
- LEARY, D. "The fate and Influence of J.S.Mill's proposed science of ethology" em *JHI*, (1982) XVIII:3.
- LEWISOHN, D. "Mill and Comte on the Methods of Social Sciences" in *JHI* (1972) 33:2.
- MARSHALL, A. "Appendix B – The Growth of Economic Science", "Appendix C – The scope and Method of Economics", Appendix D – Uses of Abstract Reasoning in Economics" in *Principles of Economics*, Porcupine Press, Philadelphia, 1982.
- MATTOS, L.V. *Economia Política e Mudança social - A Filosofia Econômica de John Stuart Mill*. Edusp, São Paulo, 1998.
- _____. "A natureza Humana e o 'Homem Econômico Milliano'", *Revista Estudos Econômicos*, vol.27, nº 1, 1997.

- _____ "A Economia Política como Ciência Autônoma – um estudo sobre as contribuições metodológicas de John Stuart Mill", *Revista de Economia Política*, vol.19, n.76, 1999 (a).
- _____ "Jonh Stuart Mill, o Socialismo e a sua Utopia Liberal: Uma aplicação de sua visão de Instituições Sociais, *Revista Estudos Econômicos*, vol.29, nº 3, 1999 (b).
- MOTTA, J.F. "Sobre o papel do erro no avanço do conhecimento científico e na economia política de John Stuart Mill", *Metodologia da Economia: Ensaios*, org. A.M. Bianchi, IPE-USP, São Paulo, 1988.
- PEART, S. & LEVY, D. "Denying Human Homogeneity: Eugenics & the Making of NeoClassical Economics". Mimeo, trabalho apresentado no *Encontro da History of Economics Society*, junho de 2000.
- PERSKY, J. "Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus" in *Jornal of Economic Perspectives*, vol. 9, n.2, Spring 1995.
- WHITAKER, J. "J.S.Mill's methodology" in *Journal of Political Economy* (1975): 1030-47.
- WINCH, D. "Marginalism and the Boundaries of Economic Science" in *HOPE* (1972) 4.